

conjuntura

Nuestra America

Todas as imagens que ilustram
este caderno de **Opiniã**
são reprodução do livro
O Diário de Frida Kharo
[Ed. José Olympio, 1982].

Na Bolívia e no Equador, vigorosas organizações indígenas conseguiram, através de protestos de massa, depor dois governos neoliberais; na Venezuela, depois de um golpe explícito derrotado pela mobilização popular, manobras golpistas diretamente apoiadas pelo governo Bush foram aplastadas num referendo que elevou o número de votos do presidente Hugo Chaves, tanto em termos absolutos como em termos proporcionais; na Colômbia, a resistência das organizações rebeldes Forças Armadas Revolucionárias e Exército de Libertação Nacional contra o Plano Colômbia/Patriota, de inspiração americana, é surpreendente. Pode-se dizer, portanto, que em Nuestra América, o tema desse caderno especial editado por Paulo Arantes, o nome do novo é povo.

São cinco artigos, sobre diferentes aspectos da realidade latino-americana:

Conjuntura: trata da forte reação dos movimentos de massa à dominação externa e aos governos neoliberais que representavam essa dominação internamente – com uma avaliação da obscura presença das tropas brasileiras no Haiti, onde a intervenção franco-americana parece destinar-se unicamente a manter a tutela sobre o país.

Venezuela: que mostra o êxito do caminho adotado por Hugo Chavez. Ele achou uma saída para mudança através do enfrentamento e do conflito. E hoje, mesmo para os chamados *mercados*, paradoxalmente, o governo Chavez representa a estabilidade.

Bolívia: conta a história de como os indígenas começaram novamente a se organizar em sindicatos rurais, partidos políticos e instituições de governo paralelo. E hoje têm um movimento que defende a abolição do Estado e do capitalismo e a reconstrução do Kollasuyo, um governo baseado em comunidades com democracia participativa e uma economia baseada na troca direta.

Argentina: trata do movimento dos *piqueteros*, que procura ir além da propaganda dos ideais socialistas - e busca reconstruir as subjetividades e os laços comunitários dilacerados pela nova dinâmica do capital. Os *piqueteros* não param a "produção de mercadorias", param a sua "circulação", impedem o "salto mortal" que as transforma em dinheiro.

Centro-América: analisa o estranho *Plano Puebla Panamá* (PPP) apoiado pelos EUA e pelo Banco Mundial, que visa a integração da região especial que vai do Panamá ao sul do México. O Plano parece ser uma oportunidade para os americanos ocuparem estrategicamente o centro do continente para "fechar" a porta aos diferentes grupos insurgentes e ocupar uma faixa territorial que tem múltiplos interesses.

A reconstrução pelo alto

A solução Chavez mostra que o caminho para a latino-america não é único: há saída através do enfrentamento e do conflito

Gilberto Maringoni

A vitória do presidente Hugo Chávez Frias no referendo de 15 de agosto é decisiva para a esquerda em toda a América Latina. O dirigente venezuelano mostrou que a democracia pressupõe enfrentamento e conflito e não adaptação. A vitória evidencia também ser possível tentar um rumo diverso àquele imposto pelo capital financeiro na gestão dos negócios públicos. Ou seja, de que o Estado pode ter um papel ativo e preponderante na orientação econômica e social, ao contrário do que apregoam as teses sobre o chamado Estado mínimo, livre mercado etc.

A administração pública investe, com sucesso, na mudança da correlação de forças na Venezuela, incentivando a organização popular. Em síntese, ele mostra que a idéia de que "não há alternativa", adotada por expressivos setores da esquerda brasileira, não se sustenta em nenhuma hipótese. Chávez se fortaleceu muitíssimo, obtendo, tanto em termos absolutos (4,99 milhões contra 3,7 milhões), quanto em termos proporcionais (59% contra 57%), mais votos do que em sua primeira eleição, em dezembro de 1998. Apesar de eloquentes, os números não explicam tudo. Durante os anos de 1998 a 2000, quando Chávez venceu sete eleições consecutivas - duas presidenciais, plebiscito, eleição e referendo da Constituinte, parlamentares, de governadores e prefeitos - aconteceu um difuso voto de protesto de apoio emocional a quem se colocava contra a institucionalidade vigente. Agora a escolha é mais racional e politizada, refletindo uma disputa de hegemonia mais clara na sociedade. Existem conquistas reais - a Constituição, diversos direitos, programas sociais etc. - e simbólicas - a defesa da soberania, da História e a idéia de *revolução*, dentre outros - a serem preservadas. A população não tinha isso de todo claro naquela época. Ou seja, a luta de classes se agudizou, refletindo comportamentos profundos na sociedade, como intolerância e racismo por parte das elites. Chávez não é mais apenas um fenômeno eleitoral. Com isso, sua margem de manobra interna aumenta muito e a oposição se fragmenta e se isola tanto interna quanto externamente. Mesmo para os chamados *mercados*, Chávez hoje, paradoxalmente, representa a estabilidade.

Nova tática da oposição Os setores mais duros da oposição, que promoveram o golpe de Estado, devem continuar a falar em fraude por um bom tempo. Estão se isolando e se dividindo. Outros, como Teodoro Petkoff, ex-dirigente comunista e hoje um dos principais opositores, a Fedecâmaras e alguns governadores ainda não definiram sua tática, mas estão acatando a vitória do governo. Há ainda a tentativa, por parte do candidato John Kerry, dos Estados Unidos, de

tentar algum tipo de entendimento com Chávez, aceitando sua liderança, mas pressionando por mudanças de rota.

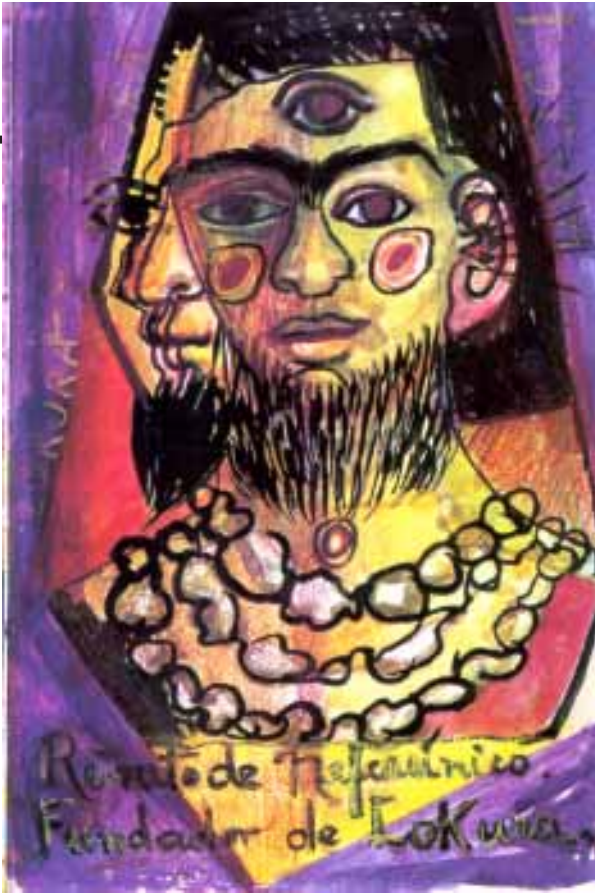
Chávez está cauteloso. Sabe que pisa em terreno minado na arena internacional. Até agora nenhum direito de propriedade ou os interesses mais estruturais do capital financeiro foram tocados. Os compromissos assumidos anteriormente e as empresas estatais privatizadas seguem como estavam. Há uma diretriz voltada para a atração de mais investimentos externos. A Venezuela segue pagando britanicamente seus compromissos financeiros, até porque seu endividamento externo (10% do PIB) e interno (28% do PIB) não é impeditivos para uma conduta econômica autônoma. As reservas cambiais são altas - US\$ 24 bilhões - e não há problemas de solvência no longo prazo. A Venezuela é o único país do mundo, de acordo com o sociólogo Edgardo Lander, que poderia fazer um cheque e quitar a dívida externa com as reservas que possui. Não há acordo algum com o FMI e nem a necessidade de se gerarem superávits primários. Isso faz uma brutal diferença para a gestão soberana da política econômica. Existe uma diretriz evidente para se colocar o Estado como indutor do desenvolvimento, diversificar a matriz produtiva e tornar a riqueza petroleira de fato um bem público. Isso já vem acontecendo, através do aumento dos orçamentos das áreas sociais. Agora, é bom frisar que os excedentes que possibilitam a série de programas sociais que vêm sendo desenvolvidos são

viabilizados pela alta dos preços do petróleo. Se caírem muito, o governo pode enfrentar dificuldades.

A Venezuela viveu décadas de uma democracia de fachada, entre 1958 e 1998, quando dois partidos - a Ação Democrática e a Copei - revezaram-se na gestão do Estado. Por trás de eleições regulares e poderes republicanos que teoricamente funcionavam de modo independente,

havia uma duríssima repressão contra a esquerda e os movimentos populares. A Central de Trabalhadores da Venezuela integrava esse condomínio de poder, dirigindo com mão de ferro o sindicalismo. O resultado foi a desorganização quase crônica do movimento popular. Somente agora, com a ajuda do Estado, começa a haver uma organização ainda débil, porém em franco crescimento. É preciso frisar que Chávez não é fruto de uma construção coletiva do movimento popular, mas irrompe na cena política de forma surpreendente, a partir de 1992, por fora das organizações de esquerda tradicionais. Mas a grande novidade é que os setores mais identificados com os velhos partidos, no meio sindical e popular, perderam a hegemonia. A mais importante entidade de trabalhadores, a Fedepetrol, dos petroleiros, não está mais sob o controle da CTV. Foi criada há mais de um ano uma nova central, a União Nacional dos Trabalhadores, que tem venci-

Mesmo para os chamados mercados, Chávez hoje, paradoxalmente, representa a estabilidade



do grande parte das disputas com a velha central. Qual a relação de Chávez com a população, se o movimento é desorganizado e os partidos políticos - inclusive os apoiadores do governo - são pouco mais do que legendas eleitorais? A relação é direta e Chávez é, de fato um líder populista. Não há problema algum nisso. Confunde-se muitas vezes populismo com demagogia. O que foi, em síntese, o populismo na América Latina, na primeira metade do século XX, especialmente nos casos de Perón (Argentina), Vargas (Brasil) e Cárdenas (México)? Foram casos de dirigentes que

governaram sociedades agrárias em rápido processo de urbanização e industrialização, sem que existissem instituições representativas dessa nova conformação social. A relação entre os líderes e o povo se dava, assim, sem mediações, pois estas não existiam ou eram incipientes. Na Venezuela atual, por outros caminhos, temos uma sociedade com canais de representação destroçados, tentando se organizar em novas bases. Por isso, mesmo Teodoro Petkoff, por exemplo, julga que Chávez era historicamente uma possibilidade quase inevitável, pela necessidade objetiva de uma liderança acima da ruína de instituições e partidos que acometeu a Venezuela nos anos 1990. A vantagem é que Chávez tenta reconstruir o Estado e as instituições - a partir do alto, é verdade - sob bases mais democráticas, das quais o referendo revogatório é apenas mais um capítulo.

A participação brasileira no referendo Tivemos um papel significativo. Para começar, o abaixo-assinado "Se fôssemos venezuelanos votaríamos em Chávez", iniciativa de várias personalidades, teve uma repercussão muito grande nos meios culturais de diversos países, setores que ainda vêem Chávez com certa desconfiança. Em seguida, o PT manifestou-se oficialmente através de uma nota e do envio de uma delegação ao país, o que provocou diversos ataques ao partido por parte da oposição local. E o governo brasileiro, teve um comportamento equilibrado nessa questão. Havia dezenas de brasileiros, representando a CUT, o MST, a CGTB, o PCdoB e outras entidades, no dia 15 de agosto, em Caracas. Atuaram como observadores e convidados, o que mereceu, por mais de uma vez, referências especiais por parte do presidente venezuelano. ■

Gilberto Maringoni é jornalista. Autor de *A Venezuela que se inventa - poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez* (Perseu Abramo, 2004) e observador convidado pelo CNE para o referendo de 15 de agosto na Venezuela.

Dependência e resistência

Surge na AL forte reação das massas populares à dominação externa e interna

Thomas Ferreira **Jensen**

A América Latina vive conjuntura de adensamento das tensões sociais e políticas, sem que se possa ainda discernir com precisão as tendências de sua evolução. Observam-se dois movimentos contraditórios: por um lado, pressões pelo aprofundamento da dependência; por outro, o aumento da pressão popular sobre o sistema dominante. No primeiro caso destacam-se: as ameaças do governo Bush contra Cuba; a participação da diplomacia estadunidense nas tentativas golpistas na Venezuela; a ocupação militar do Haiti; a militarização total do Plano Colômbia, agora chamado Plano Patriota; e a pressão dos EUA pela aprovação da ALCA.

Entretanto, essas pressões têm encontrado resistência, tanto em alguns governos quanto no meio popular. Para opor-se à pretensão de Bush, países como o Brasil e a Argentina levantaram a questão do reingresso de Cuba na OEA (Organização dos Estados Americanos), iniciativa que deveria me-

recer maior apoio da opinião pública latino-americana. Quanto ao Haiti, as informações são ainda poucas e desconexas. Pessoas familiarizadas com a situação haitiana dizem que o presidente Aristide foi deposto mais por suas qualidades do que pelos seus muitos defeitos. Não se entende, em um quadro assim obscuro, o envio de tropas brasileiras para legitimar uma intervenção que tem a aparência de destinar-se unicamente a manter a tutela dos EUA sobre o país.

Resistência popular O aspecto novo da conjuntura é o surgimento de forte resistência das massas populares da América Latina contra a dominação externa e interna. Os casos mais notáveis estão na Bolívia e no Equador, países em que vigorosas organizações indígenas conseguiram, através de protestos de massa, depor dois governos neoliberais. Estes movimentos tiveram também o efeito de aumentar signi-



ficativamente o número de representantes indígenas nos legislativos desses países, o que inaugura uma nova etapa na luta de libertação das populações secularmente dominadas da América Latina.

As pressões golpistas na Venezuela, diretamente apoiadas pelo governo Bush, tiveram como resposta a expressiva votação obtida contra a revogação do mandato presidencial de Hugo Chávez, no referendo de agosto. O apoio popular ao governo é articulado por diversos movimentos sociais que atuam também em missões de alfabetização e elevação de escolaridade. As organizações populares são bastante recentes, assim como o processo da Revolução Bolivariana. A União Nacional de Trabalhadores, que já é a central sindical majoritária no país, conta pouco mais de um ano desde seu primeiro congresso. A solidariedade internacionalista durante o referendo ficou expressa pela grande presença de observadores vindos de diversos países, sobretudo da América Latina. A seriedade do trabalho que desempenharam impediu que os observadores do Centro Carter e da OEA cedessem às manobras da oposição, que já anunciava de véspera que não reconheceria os resultados das urnas. Inclusive o Departamento de Estado dos EUA viu-se obrigado a reconhecer a vitória de Chávez quando Jimmy Carter desmentiu as denúncias de fraude feitas pela oposição.

Na Colômbia, a resistência das FARC e do ELN contra o Plano Colômbia/Patriota encaixa-se nessa mesma luta. Embora a situação não tenha se definido em favor dos revolucionários, não cabe dúvida de que, a cada dia que passa, o poder das oligarquias colombianas se desgasta. Na mesma linha de resistência, os zapatistas, embora menos ativos que antes, continuam pressionando pelos seus direitos em um México sempre às voltas com o seu vizinho do norte – tanto na sempre presente questão dos imigrantes ilegais quanto na disputa sobre os direitos de água, que afetam uma vasta porção do território mexicano.

No cone Sul, o fato a destacar é a posição do governo Kirchner diante das exigências dos credores internacionais da Argentina. Até o momento, a recusa do presidente argentino em efetuar pagamentos exagerados da dívida externa não significou prejuízo algum para o povo argentino. Pelo contrário, a

economia começa a crescer e o gravíssimo problema do desemprego apresenta ligeira melhora. Nos demais países, o quadro político não mostra maiores alterações: são governos desgastados diante da opinião pública. É o caso do Peru, em que o presidente se mantém no poder pela falta de organizações políticas capazes de promover uma oposição eficaz.

O espectro da ALCA A disputa da ALCA ainda não foi resolvida. Até agora o Itamarati, manobrando com certa eficiência, tem conseguido prolongar a discussão. Sem forte pressão popular, no entanto, será difícil resistir à exigência estadunidense. A tática do governo brasileiro de direcionar para o âmbito da Organização Mundial do Comércio temas como normas de propriedade intelectual, compras governamentais, serviços e investimentos, assim como fazem os EUA em relação aos subsídios agrícolas e regras antidumping, pode ser barrada pelos interesses das grandes corporações, que prevalecem no âmbito da OMC. Nunca é demais lembrar que a ALCA se justifica pelo tamanho do mercado brasileiro. Assim, negociar na base do “4 + 1”, ou seja, ao lado de Paraguai, Uruguai e Argentina, pouco amplia o poder de barganha do Brasil.

Os termos de implementação da ALCA reduzem e limitam fortemente o grau de autonomia dos governos latino-americanos para decidir os rumos de sua política econômica, especialmente do Brasil, que conta com o mais importante parque industrial da região. De fato, as restrições que a ALCA colocaria atingem diretamente a já combalida capacidade de coordenação e planejamento do Estado nacional, especialmente no que toca à política industrial, de ciência e tecnologia (incluindo universidades e institutos públicos de pesquisa), reforma agrária e legislação trabalhista.

No plano econômico, integrar a economia brasileira à ALCA significa um retrocesso no longo e custoso processo de industrialização, levado a cabo entre 1930 e 1980. Conduziria, fatalmente, o ciclo econômico a se voltar para a dinâmica da economia dos EUA, através do setor exportador, concentrado em produtos primários (agrícolas e matérias-primas). Seria uma especialização perversa para um país que necessita muito mais que isso para voltar a crescer.

É, assim, pouco plausível que a ALCA propicie as condições necessárias para que o Brasil volte a ter crescimento econômico e, ainda menos, desenvolvimento social. A opção contrária, ou seja, não integrar a ALCA, coloca para a sociedade brasileira os desafios inerentes ao processo de conquista da soberania nacional. O governo Lula precisa romper com o pacto que mantém as debilidades estruturais da economia brasileira: atuação no plano internacional orientada sobretudo pelos interesses mercantilistas de abrir novos mercados para o setor agro-exportador e continuação da ortodoxia neoliberal na condução da macroeconomia interna.

A integração sul-americana O governo brasileiro tem sinalizado com a possibilidade de buscar novos eixos de integração internacional. Exemplo disso foram as recentes viagens de Lula à África, ao Oriente Médio, à Rússia, China e Índia, assim como a coordenação de interesses em torno do grupo liderado por estes países e reunidos a partir do encon-

tro da Organização Mundial do Comércio, em Cancun. Este, entretanto, não pode ser o eixo a partir do qual o Brasil vai buscar inserir-se com sucesso no plano internacional.

Em primeiro lugar, porque China, Rússia e Índia articulam suas estratégias de inserção internacional a partir de projetos nacionais de desenvolvimento bastante claros, para os quais uma integração comercial com o Brasil não é essencial. No Brasil, ao contrário, quando o governo Lula renova o compromisso com o FMI iniciado sob FHC, limita a possibilidade de seguir caminho próprio na condução da economia nacional. Em segundo lugar, os acenos do governo Lula em direção à Ásia e ao Oriente Médio ainda engatinham, e demandarão bastante tempo e negociação para começar a frutificar.

Para o Brasil, o debate relevante hoje é definir e implementar um projeto nacional de desenvolvimento ao qual se subordine tanto uma estratégia de integração econômica, como uma política interna coerente com o crescimento, o emprego e a distribuição de renda. Não é difícil concluir que o primeiro caminho viável e natural, pela trajetória histórica de nosso continente, é a integração efetiva com os países sul-americanos. A grande esperança está na mobilização popular para

A operação do Brasil é, no mínimo, obscura: a intervenção no Haiti parece destinar-se unicamente a manter a tutela dos EUA sobre o país

pressionar pela adoção de modelo econômico que desenvolva o país e gere benefícios para o conjunto da população, levando à superação do subdesenvolvimento e da dependência externa.

Concretamente, trata-se de mobilizar pela realização do plebiscito oficial sobre a ALCA, proposto pelos movimentos sociais. Em setembro de 2002, dez milhões de brasileiros já votaram contra a ALCA no plebiscito coordenado pelas organizações populares. Em setembro, mês do "Grito latino-americano dos excluídos", grandes mobilizações estão marcadas em todo o continente. Refletem a precisa análise de Plínio de Arruda Sampaio:

"as massas populares da América Latina começam a discernir os seus verdadeiros inimigos, seus verdadeiros problemas, as verdadeiras soluções para estes e o preço a pagar por elas. É a evolução da consciência das massas. Certamente ainda embrionária, mas efetiva. As sementes da libertação são agora pequenas plantas. Com o tempo e o empenho de todos, poderão se tornar grandes árvores à sombra das quais se abrigarão os povos da América Latina". ■

Thomaz Ferreira Jensen é economista e participa da Associação Nossa América.

A rebelião indígena

O projeto dos aymara para a Bolívia é um autogoverno comunitário, a um só tempo político, religioso e militar

Cristiane **Checchia** e Pablo **Ortellado Gonçalves**

A revolta na Bolívia em outubro de 2003, desencadeada pela decisão do governo Sánchez de Lozada de levar adiante o projeto de exportação do gás natural boliviano por um porto chileno, marcou o protagonismo de um novo movimento indígena no continente americano: o nacionalismo aymara.

A grande mobilização contra a exportação do gás pelo Chile foi deflagrada em 2002 quando o governo de Jorge Quiroga propôs o escoamento do gás natural descoberto no final dos anos 1990 por um gasoduto saindo da província de Tarija, onde o gás era extraído, até o porto de Mejillones, no Chile - o caminho mais curto ligando a zona produtora a um porto. O projeto desde o princípio encontrou resistência e Quiroga, que estava no fim do mandato, deixou a decisão para o novo presidente que assumiria em 2003. Gonzalo Sánchez de Lozada ganhou as eleições e assumiu o governo em 2003 apoiando o projeto de exportação do gás pelo porto chileno, mas teve uma vitória apertada sobre o líder do sindicato dos cocaleros e forte opositor do projeto, Evo Morales. Alimentada pela polarização eleitoral entre Lozada e Morales, o projeto de exportação do gás foi ganhando cada vez mais adversários até se transformar numa grande

campanha nacional. Essa campanha fez convergir forças políticas e sociais muito diversas.

Na Bolívia há um forte sentimento anti-chileno remanescente da guerra do Pacífico, uma disputa territorial travada no final do século XIX, na qual o país perdeu o acesso ao mar. Esse ressentimento histórico foi determinante na posição de setores que defendiam a exportação por meio do porto de Ilo, no Peru, 260 quilômetros mais distante que o porto de Mejillones, mas localizado num país "irmão" que havia oferecido incentivos e subsídios à construção de um gasoduto. Parte da esquerda defendeu inicialmente a opção peruana, mas em seguida passou a defender o processamento do gás no próprio país, a venda interna a preço de custo e a exportação do excedente com o valor agregado do processamento nacional. Grupos indígenas, por sua vez, centraram a oposição ao projeto no direito ancestral das comunidades nativas aos recursos naturais e no histórico de exploração desses recursos por potências estrangeiras desde a época colonial. Embora a força das mobilizações que terminaram levando à renúncia de Sánchez de Lozada venha da confluência de todos esses setores, um ator destacou-se nos protestos pela capacidade de mobilização e pela força da resistência: o novo

movimento nacionalista aymara.

No evento mais marcante da história boliviana do século XX, a revolução de 1952, a participação indígena foi marginal. Mas desde os anos 1970, os indígenas começaram novamente a se organizar em sindicatos rurais, partidos políticos e instituições de governo paralelo. A mais importante organização aymara da atualidade, o Movimento Indígena Pachakuti (MIP) foi criado no ano 2000 como o braço político da corrente dominante na mais radical central sindical rural, a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) presidida por Felipe Quispe. Quispe é um líder aymara que veio do sindicalismo indígena dos anos 70 tendo passado pela guerrilha marxista-indigenista nos anos 80 e 90 (o Exército Guerrilheiro Tupaj Katari). Quispe renovou a CSUTCB e fundou o MIP com uma plataforma de oposição absoluta às instituições do governo boliviano e em defesa de uma reindianização das comunidades pobres urbanas. O programa da CSUTCB e do MIP consiste na abolição do estado e do capitalismo e na reconstrução do Kollasuyo, um estado indígena organizado em comunidades com democracia participativa e uma economia baseada na troca direta.

Nacionalismo aymara A etnia aymara que é a base do MIP está concentrada no planalto boliviano e abrange cerca de dois milhões de pessoas. Os aymara conseguiram manter muitos traços da sua cultura a despeito da dominação inca no período pré-colombiano e da dominação espanhola na era colonial. É baseado nessas instituições ancestrais sobreviventes que o MIP tenta refundar o Kollasuyo. A base desse projeto são os ayllus, uma forma de autogoverno comunitário a um só tempo político, religioso e militar. O MIP defende que os aymara (e idealmente também os quechua, maior etnia indígena do país) ignorem as estruturas políticas bolivianas e só reconheçam as autoridades comunais. O objetivo é que essas instituições de governo paralelo se fortaleçam pouco a pouco e num futuro próximo possam deflagrar uma guerra civil.

Boa parte da esquerda condena o nacionalismo aymara. As críticas apontam o "primitivismo" do MIP, a presença de formas de dominação tradicional na organização comunitária aymara e um racismo pouco dissimulado contra os brancos. Apesar das críticas, o novo movimento aymara tem se fortalecido muito nos últimos anos, sobretudo na periferia de La Paz e nas comunidades rurais do planalto. Durante a "guerra do gás", que levou à renúncia de Sánchez de Lozada, foram os aymara os responsáveis pelos mais duros focos de protesto e resistência à repressão armada do estado. Particularmente importante foi a ação dos aymara na cidade de El Alto.

Espécie de apêndice periférico de La Paz, El Alto abriga hoje cerca de 700 mil habitantes, 80% dos quais se identificam como indígenas, a maioria de origem aymara. A posição geográfica da cidade é bastante estratégica, passando por ela

as principais estradas que ligam a capital ao interior do país. Essa posição geográfica privilegiada fez de El Alto um ponto histórico de resistência, tendo sido a base do cerco aymara a La Paz na rebelião indígena de 1781 liderada por Tupaj Takari.

Estado como força repressiva El Alto teve sua expansão alimentada por sucessivos fluxos migratórios desde a década de 50, com forte incremento demográfico nas décadas de 70 e 80. Reúne muitos dos camponeses expulsos do campo pelo processo de minifundização e pauperização das zonas rurais e também parte das famílias mineiras retiradas das minas estatais durante as reformas neoliberais nos anos 80. Agrega assim indígenas provenientes de comunidades do planalto, jovens urbanos desempregados (60% da população de El Alto tem menos de 25 anos de idade) e trabalhadores informais. Em El Alto, o estado boliviano é percebido quase apenas como força repressiva, pois está praticamente ausente na garantia dos serviços públicos essenciais. As necessidades fundamentais da população (moradia, postos de saúde, escolas e até pequenos tribunais) são providas pela ação dos próprios moradores, reunidos em Juntas de Vizinhos, que reivindicam recursos do governo e organizam os trabalhos comunitários, retomando formas ancestrais de autogoverno.

El Alto é também importante por ficar a meio caminho e ser um elo de ligação entre as comunidades rurais do planalto e a população marginalizada de La Paz. Muitos dos habitantes de El Alto têm parentes próximos nas duas extremidades desta corrente. Isso potencializou uma rede de troca de informações e de solidariedade que ficaram evidentes durante a guerra do gás: enquanto a sede do governo era sitiada, as comunidades indígenas próximas a La Paz garantiram o abastecimento dos manifestantes fornecendo batatas, mandioca, milho e arroz. As redes de solidariedade baseadas em laços étnicos e de parentesco contribuíram assim para o fortalecimento de uma identidade aymara urbano-rural que se projeta na política e alça reivindicações que ultrapassam o nível local.

Os resultados mais imediatos da guerra do gás, que teve um saldo de 80 mortos e cerca de 500 feridos, podem ser lidos ao mesmo tempo como uma vitória e como uma derrota dos movimentos sociais. A vitória pode ser lida na promessa de Carlos Mesa, o vice-presidente que assumiu com a renúncia de Sánchez de Lozada, de realizar um referendo para decidir a política nacional para o gás. Os movimentos sociais de todo o país declararam trégua e aguardaram o cumprimento do acordo. Contudo, apesar da realização do referendo no dia 18 de julho de 2004, os movimentos não conseguiram impor suas reivindicações. O governo fez valer seu poder de formular as questões do referendo de forma a criar ambigüidades que lhe permitissem interpretá-las à sua conveniência e não incorporou reivindicações dos movimentos como a revisão dos contratos assumidos com as multinacionais exploradoras de gás (dentre as quais a

Na guerra do gás misturaram-se o nacionalismo, o desenvolvimentismo e o indigenismo bolivianos

Petrobrás). Assim, para as cinco perguntas do referendo, o governo de Carlos Mesa defendeu o “sim” para todas elas, o MAS de Evo Morales defendeu o “sim” para as três primeiras e o “não” para as duas últimas e o MIP, a Central Operária Boliviana e outros movimentos radicais defenderam a abstenção. A posição de Evo Morales dividiu a esquerda, mas foi um movimento deliberado na sua nova estratégia de conquista do poder do estado pela via eleitoral que se con-

solidou com a elevada votação em 2002.

Os resultados do referendo estão sendo reivindicados por todas as partes. Carlos Mesa alega que os cerca de 80% de “sim” nas três primeiras questões e mais de 50% de “sim” nas duas últimas representam o apoio da população boliviana ao seu governo. Evo Morales e o MAS, por sua vez, dizem que justamente a diferença de percentuais entre os três primeiros “sim” e os dois últimos demonstram a divisão da população. Morales promete continuar pressionando no Congresso para que os contratos sejam revistos. Os movimentos sociais mais radicais, por sua vez, chamam a atenção para a alta taxa de abstenção no referendo obrigatório: cerca de 40%, apesar da pressão para que todos os cidadãos votassem (havia uma pesada multa para quem não comparecesse). Esse percentual, se somado aos cerca de 20% de votos válidos com “não” nas três primeiras questões e quase 50% com “não” nas duas últimas representariam uma derrota do presidente Mesa.

Apesar do resultado do referendo e das novas divisões na esquerda, o próximo período promete muitas mobilizações populares contra o governo e contra as interferências norte-americanas na política econômica do país. Apesar do governo Mesa sair fortalecido com o resultado do referendo, os movimentos sociais da Bolívia continuam mobilizados numa medida que freqüentemente foge do controle de suas lideranças. ■

Cristiane Checchia é mestre em História pela USP e participa da Associação Nossa América e **Pablo Ortellado** é doutor em Filosofia pela USP e integra o coletivo Centro de Mídia Independente.



Lições dos piqueteiros

Não basta apenas a propagação de ideais socialistas; é preciso reconstruir as subjetividades e os laços comunitários dilacerados pela nova dinâmica do capital

Marco **Fernandes**

Diante do cataclismo econômico que varreu a Argentina na década de 90 e culminou com a crise de 2001, desempregando e precarizando quase metade da força de trabalho, jogando mais da metade da população para baixo da linha de pobreza e 22% abaixo da linha de indigência, surgiram, ainda em 1996, os primeiros grupos de desempregados que se formaram a fim de resistir às reformas. Primeiro em cidades do interior – devastadas pela privatização da petroleira – e logo em seguida na periferia de Buenos Aires, os primeiros movimentos se formam com o intuito imediato de combater a fome que se alastrava nas classes baixas: sua reivindicação principal são os chamados “planes” (salário-desemprego, ou renda mínima), que pagam migalhas no valor de 150 pesos mensais. Para isso, contaram com uma nova estratégia de luta: os desempregados não podem se utilizar da clássica ferramenta política da classe trabalhadora, as greves; contudo, podem fazer *piquetes*: ocupar estradas, avenidas e ruas de todo o país; e em vez de pararem a “produção de mercadorias”, param a sua “circulação”,

impedindo o “salto mortal” das mercadorias e ameaçando os lucros dos proprietários.

Mas quando os lucros são ameaçados, é óbvio que o Estado intervém. E a classe dominante Argentina já demonstrou até onde pode ir: 30 mil pessoas forma mortas entre 76 e 83; durante os últimos anos dezenas de militantes já morreram e milhares de outros foram presos ou processados. Nos últimos meses, uma forte campanha do governo Kirchner, da direita e dos meios de comunicação vem tentando criminalizar os protestos, acusando os piqueteros de infligirem o direito de todos à “livre circulação”.

O senso comum “anti-piquetero” que se estabeleceu em grande parte da população portenha já serviu de base para o chamado “Código de Convivência”. Um projeto de lei para a cidade de Buenos Aires que só não foi votado ainda porque massivas mobilizações não o permitiram. O tal “Código”, arquitetado por Macri (político e empresário dono dos Correios e do clube Boca Juniors.), prevê a redução da idade penal de 18 para 14 anos, a proibição de vendedores

ambulantes, da prostituição e, óbvio, de protestos nas ruas, cujas penas são muitas altas e prevêm prisão em caso de reincidência.

Alguns dos movimentos avaliam que há um esgotamento momentâneo da eficácia dos piquetes: seria o momento de reforçar o “trabalho de base” e pensar em novas formas de ação direta e de confronto, de forma que suas reivindicações adquiram um caráter mais amplo, a fim de atrair o apoio de outros setores da sociedade. Em geral, os alvos são empresas privatizadas de serviços públicos, que não contam com a simpatia da população por motivos óbvios: altas tarifas e serviços pífios. Os protestos reivindicam a melhoria dos serviços públicos e a redução das tarifas. Um exemplo é a ocupação de bilheterias de grandes estações de trem, impedindo a empresa de cobrar a passagem dos usuários – de certa forma, invertendo a lógica dos piquetes e “liberando” a circulação de todos. Outra campanha interessante é promovida pelo Movimento Teresa Rodríguez - MTR, tendo como alvo a multinacional espanhola do petróleo (Repsol). De acordo com um estudo da Defensoria Pública, o mesmo butijão que é vendido por até 30 pesos, custa para a empresa 6,10. Com esse tipo de denúncia, os piqueteros abrem brechas para construir alianças.

“Milagre sociológico” Mas a face mais importante dos movimentos piqueteros se encontra nos bairros da periferia, longe do centro da cidade e das câmeras de TV. Os miseráveis “planes” serviram de mediação para a construção cotidiana daquilo que Pierre Bourdieu um dia chamou de “milagre sociológico”: um movimento de desempregados. Evidentemente, os 150 pesos mensais conquistados pela luta nas ruas nem de longe bastam para a sobrevivência das famílias, daí o papel central do movimento na criação de uma “economia de resistência”, que consiste em estratégias para baixar o custo de vida de seus integrantes. Em geral, se faz um fundo comum em que cada família aporta uma pequena quantia (5 pesos, por exemplo) e de onde se extrai recursos para organizar pequenos empreendimentos que servirão à toda a coletividade: “comedores” (cozinha comunitária), hortas, padarias, granjas, pequenas farmácias, creches, confecções e até mesmo uma fábrica de cerveja (aliás, deliciosa...) – essa última possibilitada por uma linha de crédito estatal. Com tal contribuição, uma família pode almoçar todos os dias da semana no “comedor” e receber cestas básicas que são arrancadas do Estado através de mobilizações, além de desfrutar das outras conquistas do movimento. Os excedentes conseguidos nestes pequenos empreendimentos em geral retornam à coletividade, investidos nos “comedores” dos bairros.

Para que tudo isso funcione, é preciso trabalho de muita gente (em geral 4 horas por dia), e nisso consiste um dos pilares dos movimentos que puseram o chamado trabalho barrial no centro de suas preocupações, apostando na re-

construção da “cultura do trabalho” por fora da “sociedade salarial”, resgatando a dignidade e auto-estima perdidas por uma população excluída e necessitada de tudo.¹ O tema da “autogestão” é recorrente nestes movimentos, que insistem em associar a prática do trabalho à extinção da relação patrão-empregado, ajudando a provocar um “rechaço ao trabalho como puro gasto de força de trabalho desligado das necessidades da coletividade (trabalho abstrato e alienado), como princípio abstrato regulador das relações sociais”.²

Do ponto de vista da formação política, aposta-se na construção das assembleias dos bairros, instâncias de democracia direta responsáveis pelas decisões a serem cumpridas pelas “mesas executivas”. De acordo com a socióloga Maristella Svampa, “o trabalho comunitário aliado às práticas assembleárias atuam na recomposição de identidades individuais e coletivas, lançando as bases para

a construção de novas e interessantes práticas políticas e relações sociais.”³

• • •

A despeito de todas as diferenças históricas e políticas entre Brasil e Argentina, serviriam as estratégias de luta e organização dos desempregados argentinos, de algum modo, para iluminar e inspirar a construção de movimentos urbanos de massa nas grandes metrópoles brasileiras? A julgar pelo sucesso do encontro realizado em São Paulo entre militantes do MTR e do MSTC (Movimento Sem Teto do Centro) nos dias 26 e 28 de agosto, que reuniu quase 200 pessoas, diria que sim. Talvez as duas grandes lições que possamos aprender com a experiência piquetera atual são: em primeiro lugar – como também se pode ver na experiência do MST e dos zapatistas -, que não se constrói um movimento de massas sem que a questão da sobrevivência material esteja posta como um problema para o movimento, construindo uma base de onde se avança com a questão da “formação política”⁴. Em segundo lugar, que essa “formação” não passa meramente pela propagação de ideais socialistas (sem as quais certamente não se radicaliza a luta), mas também pela reconstrução de subjetividades e de laços comunitários dilacerados pela nova dinâmica do capital, produtora de exclusão em massa e de todas as formas de humilhação social daí decorrentes. ■

NOTAS

1 “(...) aqui me recuperei como pessoa, me encontrei de repente fazendo algo, me encontrei sendo capaz de fazer algo, não?” (depoimento de um piquetero) cf. Maristella Svampa; Sebastián Pereyra. *Entre la ruta y el barrio*. Editorial Biblos, Buenos Aires, 2003.

2 Miguel Mazzeo. *Piqueteros – notas para uma tipologia*. Manuel Suárez Editor, Buenos Aires, 2004.

3 Cf. entrevista concedida por Maristella Svampa, em 31/07/04.

4 Aliás, a respeito da “questão material”, existe uma brecha política que pode ser aberta a partir de janeiro de 2005, quando entra em vigor o famoso projeto de lei de “renda-mínima” (Lei 10.835), do Senador Suplicy. Com essa lei, todos terão direito a uma renda-mínima a ser estipulada pelo executivo e que, teoricamente, deveria servir para os gastos com alimentação, saúde e educação. Sabendo que é muito provável que o companheiro Palocci não ponha um tostão nesse fundo e faça de tudo para tornar morta a letra da lei, cabe aos movimentos urbanos já existentes e os que ainda estão por se formar, irem para as ruas reivindicar o cumprimento da lei.

Marcos Fernandes é membro do Coletivo de Formação do MSTC (Movimento Sem Teto do Centro) e mestrando em História pela USP.

Plano para o centro da América

O que existe por trás do projeto de integração da região que vai do Panamá ao sul do México

Ana Esther **Ceceña**

Mais de um milhão de quilômetros quadrados da zona tropical da América fica sob as delimitações territoriais traçadas pelo chamado Plano Puebla Panamá. Habitada por pouco mais de 60 milhões de pessoas, esta parte do planeta sofreu, como poucas, os embates de guerras e ditaduras militares arrasadoras, mas também os reveses próprios das regiões agroexportadoras que a condenaram ao empobrecimento genético mediante a especialização dos cultivos. Fortemente controladas por empresas norte-americanas como a United Fruit Co ao longo da última metade do século 20, e disciplinadas internamente pelos esquadrões da morte, como o terrível *mano blanca* na Guatemala, as sociedades da América Central chegaram ao século 21 em meio a uma complexa desagregação social e econômica, aprofundada por uma série de desastres naturais que as assolaram nos últimos tempos.

Encruzilhadas sociobiológicas Geograficamente, Tehuantepec, no sul do México,¹ marca o início de uma cadeia territorial de grande fragilidade mas de grande relevância ecológica, econômica e geoestratégica. Entre Tehuantepec e Panamá localizam-se alguns dos corredores biológicos de maior importância do continente alimentados por correntes de ar que, pela estreiteza do território, se entrecruzam, provocando um intercâmbio climático e genético. Essas condições naturais, juntamente com as ações de espécies migratórias, e ainda com a ajuda de comunidades que há muito mais de 500 anos experimentam e alimentam a natureza, foram a base do grande leque de espécies endêmicas que existem na região. A América Central é o lugar onde se encontram espécies andinas, espécies da amazônia tropical e espécies correspondentes às selvas tropicais da América do Norte, representando uma das encruzilhadas sociobiológicas de maior potencial do planeta.

Estas características, reavaliadas a partir das novas condições tecnológicas que colocaram a engenharia genética, a pesquisa e transformação dos códigos genéticos na ponta do conhecimento e da concorrência, relacionadas inclusive com sofisticadas tecnologias de guerra, tornam a região de Puebla Panamá um lugar especial. Isso explica em grande parte o interesse demonstrado pelo Banco Mundial na reconstrução, «sob suas diretrizes», do chamado Corredor Biológico Mesoamericano, que começa em Chiapas, na Reserva de Montes Azules (o que poderia explicar a ameaça de despejo que pende sobre seus habitantes), e termina no Panamá, em Darién, na fronteira com a Colômbia.

A região Puebla Panamá tem muitas outras riquezas naturais. Tem grande capacidade de armazenamento e captação de água – tem grandes lagos e reservas profundas, além de ter, em alguns pontos, os maiores registros de

precipitação pluvial do mundo. No caso do México, quase a totalidade dos poços de petróleo em exploração se encontram na região, ainda que em águas territoriais. Tem também reservas de gás e carvão. Os próprios promotores do Plano destacam que a energia é um dos principais pontos de interesse de investimentos. Também há interesse das grandes empresas farmacêuticas em ampliar sua gama de conhecimentos sobre princípios ativos aplicáveis – há, por exemplo, o convênio INBio da Costa Rica com a farmacêutica Merck.

Nessa rica região habitam 64 milhões de pessoas. Com variações regionais, pelo menos cerca de 18 milhões são reconhecidos como indígenas. A pobreza, que cresceu juntamente com os investimentos das transnacionais, alcança índices alarmantes que, fora a Costa Rica, oscilam entre entre 40% (México) e 80% (Honduras).

A situação socioeconômica determina que grande parte da população se empregue no setor agrícola, nas fazendas de café ou banana, por exemplo, recebendo salários muito baixos que os levam a tentar a migração para o norte. Outro campo de trabalho são as fábricas “maquiladoras” que se destacaram não somente pelos baixos salários, mas também pela insegurança e pelo mau trato.



A região Puebla Panamá, por suas características e localização geográfica, por sua proximidade do maior mercado do mundo, é destacada pelos promotores do Plano como um espaço de atração comercial único, com um potencial para a reunião de insumos provenientes de diferentes partes do mundo em condições de grande competitividade, sustentadas pela abundância e os baixos preços da força de trabalho.

Alívio para as tensões Converter esta região em um polo industrial ou agroindustrial importante, sob o ponto de vista da geopolítica norte-americana, poderia representar um alívio das tensões geradas dentro de seu próprio território com a presença de imigrantes. A imigração tende a aumentar, mesmo com o tratamento inumano dado pela polícia de fronteira e com o tempo, tem conquistado um espaço que permite reivindicar direitos cidadãos que vão da saúde e da educação, até o campo político-eleitoral. O maior provedor de trabalhadores ilegais - ou legais, mas destinados a empregos precários dentro dos EUA -, é o México, acompanhado de perto pelos países centro americanos. A criação de uma nova fronteira de controle de imigração, que não impeça manter a vantagem da mão de obra barata, evidentemente beneficiaria em termos gerais os interesses dos EUA. Faltaria, apenas, o que os empresários chamam de «segurança para investir».

Além do mais, este corredor de espécies e imigrantes tem, pelo menos, outros dois elementos de interesse geoestratégico, relacionados com os chamados negócios ilícitos: droga e armas. Efetivamente, a região Puebla Panamá é passagem quase obrigatória dos valiosos carregamentos de droga produzida na América do Sul e fonte de enriquecimento tanto dos traficantes, como dos circuitos de corrupção que fazem esse trânsito possível.

Situação parecida ocorre com o comércio de armas que em parte está relacionado com os grupos rebeldes das Américas Central e do Sul, mas também, e numa medida possivelmente maior, com todos os grupos delinquentes que atuam na área e seus arredores. O controle desses circuitos ilícitos, pelo tipo de produto que traficam (potencialmente desestabilizadores) e pela quantidade de capital que implicam, é um desafio maior à manutenção do *statu quo* e, por isso mesmo, é apontado com um dos campos críticos de atuação do exército e agências estatais dos Estados Unidos. É um dado que não pode ser menoprezado quando se analisam as perspectivas da região e do próprio PPP.

A partir de uma perspectiva geoestratégica, que tende a visualizar um controle integral do território, os pontos de conflito, além de todas as vantagens econômicas, a região Puebla Panamá oferece a oportunidade para ocupar o centro do continente, e «fechar», pelo norte e pelo sul, a porta aos diferentes grupos insurretos que começam



a se multiplicar. A relevância geopolítica desta faixa territorial pode, então, comportar tanto interesses militares relacionados com a definição das políticas antiterroristas dos Estados Unidos, como interesses econômicos e comerciais.

Além dos propósitos ou declarações dos governantes da região, com o Plano Puebla Panamá parece estar se desenhando a ampliação do Nafta – o tratado entre EUA, Canadá e México - até o Panamá, incluindo a cláusula sintetizadora do controvertido Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) que foi rejeitado em sua versão original. O avanço desses tratados, sem importar muito o nome que tenham, é uma jogada política de efeito duplo. Por um lado, a integração do Panamá até o pólo norte estaria provocando uma

pressão para impedir associações alternativas dos países do sul (Mercosul e outras). Por outro lado, vai generalizando o acordo de investimentos que protege as empresas acima dos Estados, dos interesses nacionais; e, evidentemente, da soberania dos povos latinoamericanos. Haveria de ser refletir por quê, apesar das ofertas atrativas feitas pelo governantes da região Puebla Panamá, os financiamentos não chegam e os investidores estão se mostrando mais tímidos do que o previsto. ■

NOTA

1 O istmo de Tehuantepec é a parte mais estreita do território mexicano e constitui um potencial canal cobijado pelos EUA desde o século 19.

Ana Esther Ceceña é professora da Universidade Autônoma do México (UNAM). Organizou para a CLACSO, com Emir Sader, o volume coletivo *A guerra infinita* (Ed. Vozes, 2002).